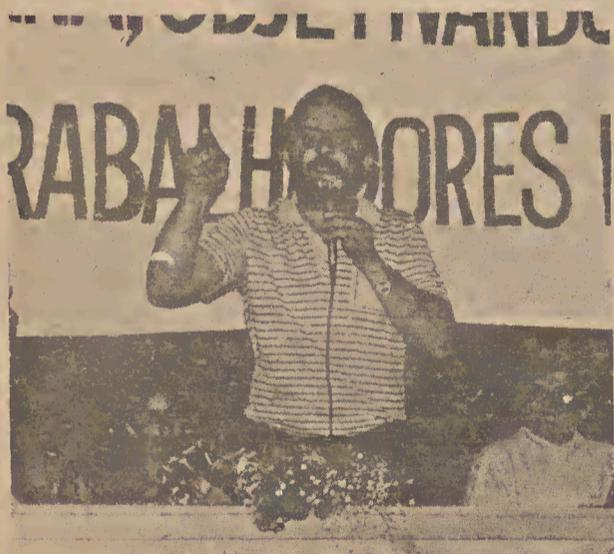


PT São Paulo

OS FANTASMAS DE SARNEY

O governo da "Nova República", desgastado nas urnas em 1985, deve enfrentar este ano mais uma prova de fogo: a eleição da Constituinte Congressual e a campanha por eleições diretas para presidente da República. Sarney e os demais líderes governistas têm razões de sobra para perderem o seu sono. Pois o processo eleitoral que se inicia deve favorecer o recrudescimento da luta pela ampliação do espaço democrático da Constituinte e, ao mesmo tempo, estimular manifestações por eleições diretas para presidente ainda em 86. Pág. 5.



**NA FOLHA,
ATAQUE A LULA**

Pág. 3



**M. LUIZA DENUNCIA
TORTURADOR**

Pág. 3



**CUT APROVA
CAMPANHA DE LUTAS**

Pág. 8

Leia o PT São Paulo especial — que está circulando desde o começo do mês — contendo todas as informações a respeito da escolha dos candidatos do PT para governador do Estado, para vice e para as duas vagas de senador, bem como dos candidatos à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa (os encontros, os distritais e municipais estão programados para o dia 6 de abril e o estadual, para os dias 26 e 27).



Sem dinheiro, vai ser impossível repetir em 86 uma campanha como esta.

As finanças do PT

Trazemos mais uma vez para a discussão do partido uma de suas questões cruciais: a falta de dinheiro. Este problema que é grave desde a raiz desta estrela que é o símbolo do nosso partido, sempre foi, e continua sendo, tratado como marginal, assim como se fôssemos capazes de concorrer ou tentar sobreviver pelo menos como a nossa estrutura partidária através de "milagres".

Falamos tanto em independência política, mas esquecemos, ou nos fazemos passar por esquecidos de que jamais haverá independência política sem independência financeira. Qualquer petista, seja ele filiado ou militante, membro de órgãos dirigentes, parlamentares etc, que deixar de contribuir, mesmo que seja por um mês, estará sim contribuindo para a paralisia das campanhas políticas do partido. E mais: estará infringindo a disciplina do regimento interno do PT. Bem sei que muita gente levanta, a questão financeira como questão política apenas em convenções, mas acabam se fazendo de esquecidos sobre o fato de que o conjunto do partido tem a obrigação e o dever de funcionar os 365 dias do ano. Saímos de uma eleição na capital e em mais três cidades do interior, e mais uma vez as finanças foram tratadas com amadorismo. Mas no momento da onça beber água, descamba-se para o desespero e, muitas vezes, também para a procura de um bode espiatório. Queiram ou não, a nossa estrela subirá à medida que tenhamos um mínimo de estrutura financeira. Desafio a quem quiser provar o contrário.

Estamos neste momento na véspera de uma outra campanha eleito-

ral, muito mais dura e muito mais difícil, que a anterior. E isto é ainda mais preocupante quando constatamos que o partido, como instância, tem sobre si a herança dos déficits da campanha das diretas, de diversas outras atividades políticas e, por último, da campanha para prefeito de São Paulo. Nossas dívidas somam hoje cerca de 700 milhões de cruzeiros, o que nos coloca à beira da falência, não apenas financeira, mas, não tenham dúvidas, também política. Isto porque, se não formos capazes de reverter a situação, a campanha eleitoral deste ano jamais sairá para as ruas. Sem dinheiro, o Comitê Eleitoral Estadual vai se emperrar, recaindo o ônus de tal situação sobre os candidatos majoritários e os proporcionais que não dispuserem de recursos; a consequência é que aqueles que possuem maiores posses vão ocupar todos os espaços.

O jogo da verdade está lançado para o conjunto do partido e os companheiros que não pagam a cotização, o tesoureiro e a comissão de finanças que não se preocupou em discutir seriamente esta questão, todos eles no final sentirão a culpa em sua própria consciência.

Temos solução? É lógico que temos. A saída é nos conscientizarmos politicamente, arregaçarmos nossas mangas, e irmos à luta. Neste sentido, aliás, a Comissão de Finanças do Diretório Estadual está elaborando uma série de eventos, inclusive descentralizados por várias áreas, para levantar recursos e fazer política ao mesmo tempo.

Uma destas iniciativas é solicitação para que cada petista doe ao partido um dia de seu salário. O dinheiro pode ser depositado na conta 115-13-

01424, da agência Bela Vista do Banespa, em nome do Partido dos Trabalhadores. Ou na conta N° 402.968-2 agência, Antonio Prado do Banco do Brasil, ou na conta da Campanha do Fundo Partidário - PT N° 115-13-01600-0 Ag. Banespa/Bela Vista. Outra forma é contribuir através de uma conta especial mediante carnês que deverão sair em breve. Ou ainda encaminhar em cheque cruzado e nominal ao PT.

Por outro lado, estamos encaminhando um baile — o grito de carnaval petista que será anunciado nos próximos dias. Acabamos de distribuir os prêmios de uma rifa, na qual foram premiados três companheiros (o primeiro prêmio foi uma viagem à Cuba), e estamos lançando uma segunda rifa, que terá como primeiro prêmio um carro Gol; segundo, será uma moto; o terceiro uma viagem a Fortaleza com 10 dias de estadia paga; o quarto, uma TV a cores; e o quinto, uma bicicleta). São 40 mil números a Cr\$ 15 mil cada, cabendo 25% para os diretórios e núcleos que realizarem as vendas. Também estamos promovendo outras atividades, como festas dançantes, feijoadas, jantares, vendas de material do partido, além de cobrar as cotizações ao DR, e as cotas do PT São Paulo.

Temos soluções. O que precisamos é de força de vontade de desprendimento. Petistas: integrem este mutirão! A vitória só será nossa se você tiver consciência da importância da sua mínima participação. PS: Todas as contribuições ao partido, devidamente comprovadas pelos recibos que fornecemos, podem ser abatidas no I. Renda.

Francisco Rocha
Tesoureiro do DR.

Psicoterapia da libertação

"Para trabalhar com saúde mental as pessoas precisam se revolucionar pessoalmente, eliminando todas as fórmulas e conteúdos burgueses, adquirindo a humildade de aprender com o povo que na verdade é a direção". Estas foram as declarações de Dermeval Corrêa de Andrade, criador da Psicoterapia da Libertação, dia 30 de novembro, num debate sobre "Sexualidade" com alunos e funcionários do Mobral (atual EDA-Educação de Adultos) do Jabaquara.

Fundador da Clínica Social de Saúde Mental de São Paulo, Dermeval busca descobrir, através da psicoterapia, a identidade da maioria oprimida da sociedade: mulheres, negros, crianças, homossexuais e outros. Procurando oferecer o melhor atendimento possível a essa parcela da população, a Clínica se estruturou de forma que todas as questões sejam resolvidas com a participação de todos, pacientes, terapeutas e funcionários, em Assembléias Gerais — uma delas, aliás, em setembro de 83, lançou publicamente pela primeira vez a Psicoterapia da Libertação. Tendo como meta a transformação social, a Clínica entende que estejam no âmbito da saúde mental todas as questões relativas a melhores salários, condições de trabalho, lazer e acesso aos bens produzidos pela sociedade. Por este motivo, ela impulsionou a criação, em Assembléia — do Centro Brasileiro de Pesquisa em Saúde Mental — CBPSM que tem como finalidade subsidiar e fortalecer a organização dos movimentos sociais.

O centro promove ainda cursos para formação de psicoterapeutas da libertação que, segundo Dermeval, "precisam ter uma visão realista comprometida com o Terceiro Mundo para que possam traduzir seus conhecimentos científicos, ensinando e aprendendo com o povo nos movimentos populares".

Pelo Centro Dermeval lançou dois livros: "Terapeutas e Pacientes no Capitalismo Dependente" e "Psicoterapia da Libertação... Além de um Sonho". Atualmente, além de dirigir a Clínica, Dermeval supervi-

siona o Serviço de Saúde Mental de Uberaba, Minas Gerais. Segundo ele, "a Psicoterapia da Libertação aglutina militantes, simpatizantes e parcela da população em luta para a saúde mental se encaminhar num sentido libertador". Hoje, há atividades da Psicoterapia da Libertação se desenvolvendo nas cidades de Franca, Taubaté, Uberaba, Uberlândia e ainda no Distrito Federal, Roraima e Bahia.

Um substitutivo contra o aumento de tarifas

A Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou um substitutivo ao projeto de Lei n° 252/85, de autoria do vereador petista Cláudio Barroso (Capeta), atribuindo ao poder público municipal os custos relativos a painéis informativos que passarão a ser afixados em pontos iniciais e finais de todas as linhas de ônibus de São Paulo. Sancionado pelo prefeito, o projeto entrou em vigor no último dia 9. O projeto original pretendia que a implantação e manutenção da medida corresse por conta das empresas concessionárias e permissionárias, o que, como geralmente acontece, acabaria sendo repassado para o preço das tarifas.

Um outro projeto de Cláudio Barroso, de notável envergadura social, não teve a mesma sorte; foi o primeiro projeto aprovado pela Câmara Municipal a ser vetado pelo prefeito Jânio Quadros. A iniciativa do vereador estendia a isenção de tarifa de ônibus municipais a todos os aposentados, complementando a Lei n° 9651, de 1983, que beneficia apenas os aposentados ou simplesmente idosos acima de 65 anos.

Seminário de organização

A Secretaria de Organização do Diretório Estadual promoverá no mês de fevereiro um Ciclo de Debates sobre a questão organizativa do PT. O objetivo é discutir a estrutura partidária, tendo em vista o novo movimento da vida do partido, marcado pelos bons resultados eleitorais

Dia 17 (segunda-feira) — "Concepção de Partido de Massas" (Debatedores: José Dirceu; José A. Moisés; José Genoíno e João Machado)

Dia 18 (terça-feira) — "Movimentos Sociais e Partido" (Debatedores: José Ferreira; Vereador Antônio Carlos Grando, de Santo André, e Jorge Coelho, presidente da CUT Estadual)

Dia 19 (quarta-feira) — "Imprensa partidária e circulação de informações" (Debatedores: José Américo, editor do PT São Paulo; Erázê Martinho, publicitário, e jornalista Jorge Batista)

Todos os debates serão realizados na Câmara Municipal de São Paulo — Plenário Teotônio Vilela, 6° andar —, às 19 horas.

Prêmios da rifa do interior

Correu, no dia 21 de dezembro, pela Loteria Federal, a rifa promovida pela Secretaria do Interior. O primeiro prêmio (Gol BX 0 Km.) e o segundo (TV a cores Phillips 16") foram sorteados respectivamente para os números 68403 e 33676, ambos não vendidos. Já o terceiro prêmio (Freiser Brastemp Vertical) saiu para o n° 65765, vendido em Andradina; o quarto (microcomputador TK 85 — 16K), para o n° 48.711, vendido em Araras; e o quinto, para o n° 67458, vendido em Santos.

EXPEDIENTE

Editor: José Américo Dias
Secretário de Redação: Gilberto Penha de Araújo.
Equipe de Edição: Dernal Santos, Sonia Maria Nadalin, Sérgio dos Santos, Rondon Martin
Redação: Fernando Jorge, Marcos de Oliveira, Ligia Maria Cruz, Diógenes Marcelino, Cleide Sanches Rodrigues, Paulo Eleutério, Paulo Costa, Marisa Mello, Maristela Maffei, Sandra Sagrado.

Fotografia: Tarcisio Geraldo Faria e Vera Yursis.
Diagramação: Wilson R. Thomaz
Revisão: Celso Fonseca
Ilustração: Guto.
Composto e Impresso: Cia. Editora Joruês - Rua: Arthur de Azevedo, 1977 - Fones: 815-4999 - São Paulo.
Endereço: Rua Santo Amaro, 582 - Bela Vista - São Paulo - Capital.
Fones: 37-7521; 37-7522.

Maria Luiza aproveita posse para denunciar torturador



Maria Luiza: vitória na posse.

As quase 50 mil pessoas que compareceram à Praça José de Alencar, em Fortaleza, no dia 1 de janeiro, para assistir ao ato popular de posse da prefeita eleita, Maria Luiza Fontenelle, tiveram um motivo adicional de satisfação: a prefeita aproveitou a manifestação festiva para fazer a denúncia da nomeação do delegado João Batista Xavier para a Superintendência da Polícia Federal em Fortaleza. O fato ocorrera dias antes e estava atravessado na garganta dos movimentos sindical, popular e democrático de Fortaleza, para quem o delegado Xavier — um conhecido torturador de presos políticos. (citado pelo livro "Projeto: Brasil Nunca Mais") — significava uma ameaça. E, se

se considerar o momento em que ele foi nomeado — véspera da posse de Maria Luiza — a atitude podia ser encarada como uma verdadeira provocação.

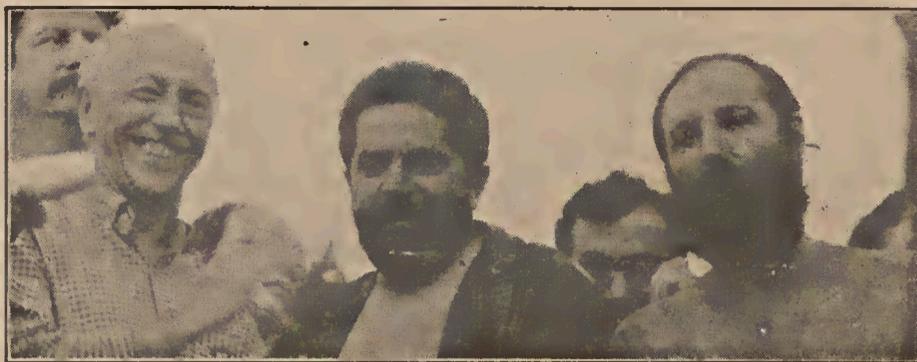
A denúncia de Maria Luiza, contudo, foi apenas uma iniciativa a mais contra a nomeação do torturador, pois ela já vinha trabalhando desde o início para obter o seu afastamento. Antes da posse, inclusive, a prefeita havia solicitado uma audiência com o Ministro Fernando Lyra, da Justiça, para tratar do assunto. Mas, este antecipou-se ao encontro e demitiu o delegado, consciente do apoio popular à reivindicação de Maria Luiza, confirmando inequivocamente em praça pública. O Ministro também aceitou o pe-

didado de demissão do diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Coronel Luiz de Alencar Araripe, que se solidarizou com o defelgado Xavier, seu subordinado, revelando o seu profundo envolvimento com a nomeação. Inicialmente, Araripe alegara motivos funcionais para a indicação de Xavier, mais o seu pedido de demissão não deixou nenhuma dúvida de que as razões eram bem outras...

A POSSE

A festa — comício realizada na Praça José de Alencar foi uma forma encontrada pela prefeita do PT para favorecer o contato com a população, o que evidentemente não seria possível acontecer nas solenidades formais, realizadas na Câmara Municipal e na Prefeitura. A festividade, que mesclou discursos com shows musicais, durou aproximadamente sete horas. Precedendo a fala de Maria Luiza, de encerramento do comício, discursaram representantes de partidos políticos, entidades populares, representantes do PT de vários Estados, além de seu presidente nacional, Luis Inácio Lula da Silva, Eduardo Matarazzo Suplicy, ex-candidato do PT à prefeitura de São Paulo.

Título de entrevista foi a senha para ataques ao PT



Lula: O principal alvo dos ataques.

"Lula admite a luta armada para garantir o poder". Este foi o título dado pela Folha de São Paulo a uma entrevista concedida pelo presidente nacional do PT, Luis Inácio Lula da Silva, publicada na edição do dia 29 de dezembro do mencionado jornal. "Pescado" ao longo da entrevista, o título se referia a uma posição manifestada em tese por Lula de que, num caso de ameaça à democracia, entenderia como legítima a autodefesa, admitindo até mesmo o uso da luta armada. Lula chegou a lembrar que esta posição era reconhecida até pela Constituição Americana. Mas não adiantou muito. Retirado do seu contexto, o título capcioso foi uma verdadeira senha para que uma série de articulistas, vinculados à direção da Folha — alguns independentes como Cláudio Abramo não entraram no jogo —, pas-

assem a atacar Lula e, por extensão, o PT. Os demais temas abordados por Lula em sua longa entrevista — socialismo, reforma agrária etc. — foram praticamente ignorados. Tanto pelos articulistas de plantão como por algumas personalidades ouvidas pelo jornal para comentar a entrevista, e que, como num passe de mágica, erigiram-se em guardiões da democracia ameaçada. Montoro, do cassete democrático, e Jorge Bornhausen, um dos fundadores do PDS, lideraram esta turma.

Esta triste orquestra, que por vários dias destilou os seus preconceitos em relação ao PT, motivou uma nota oficial da Comissão Política da Executiva Nacional, que transcrevemos a seguir:

"A Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, reunida hoje, considera inaceitá-

vel o tratamento dado pelo jornal Folha de S. Paulo à entrevista do último dia 29, do nosso companheiro Lula, presidente do PT.

"A Comissão Política chama a atenção da opinião pública para o fato de que a manchete, ocupando toda a primeira página, 'Lula defende até a luta armada', não corresponde nem ao conteúdo nem ao espírito da entrevista.

"Como não informou corretamente, essa manchete pode ser explicada como simples falha técnica ou, o que seria pior, como tentativa de jogar a opinião pública contra o PT numa fase de grande crescimento do partido."

"São Paulo, 7 de janeiro de 1986.

Comissão Política da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores"

Politicida janista ameaça São Paulo

Acompanhado de um secretariado de fazer inveja aos velhos tempos dos prefeitos biônicos da extinta Arená e do PDS, o prefeito Jânio Quadros, com suas "façanhas políticas" e atos grotescos, vem ocupando sistematicamente grandes espaços nos veículos de comunicação, com a cumplicidade dos mesmos, é claro. Mas nem tudo, é preciso admitir, tem sido espetáculo de humor. Pois, ao lado de suas bravatas, Jânio ameaça cortar o passe gratuito dos idosos com mais de 65 anos e anuncia a demissão de aproximadamente 20 mil funcionários públicos, sem ao menos apresentar critérios ou aceitar o diálogo com as entidades representativas dos funcionários.

Neste momento, aliás, as entidades do funcionalismo vêm se mobilizando contra a ameaça do prefeito (realizaram uma concentração defronte de seu gabinete dia 15 de janeiro), preocupadas com as suas intenções, que aparentemente estão voltadas muito mais para a perseguição de lideranças do funcionalismo e o esvaziamento puro e simples de serviços públicos essenciais. Uma outra hipótese — sugerida pela

sua falta de critérios nas demissões (os ameaçados são todos aqueles que foram admitidos a partir de 83) — é que Jânio pode estar querendo implementar o seu próprio empreguismo na prefeitura. Como ele fez no começo dos anos 50, quando foi prefeito de São Paulo e demitiu 20 mil funcionários para contratar outros 40 mil.

Tudo isso, e mais recentemente o episódio envolvendo a própria imprensa (discriminação de alguns veículos de comunicação numa entrevista coletiva que não aconteceu) não passa de uma velha prática de *mise-en-scène* política desse hilariante populista de direita. Não apenas isso, evidentemente, pois há também um projeto político devidamente arquitetado, que prevê desde façanhas como essas, até a concessão da reivindicação de equiparação salarial dos médicos do Hospital Municipal com os do Inamps.

Dois aspectos notórios nessa "concessão" do prefeito: o primeiro, é o fato de colocar em xeque o governo do Estado frente a esse movimento uma vez que, essa luta dos médicos do Hospital Municipal estava se dando em

conjunto com os do Hospital dos Servidores do Estado, que continuam na luta, em greve, esperando uma definição do governador Montoro (o acordo acabou sendo fechado). O segundo, é a tentativa de cooptação do movimento ou de ganhar espaços junto a parcelas pouco esclarecidas da população. Ou seja, do tipo da política projetada pelo prefeito não há evidentemente a preocupação de atender as reivindicações legítimas dos movimentos sindical e popular.

As jogadas janistas com o intuito de criar fatos políticos, mesmo os mais grotescos, têm, sem dúvida, finalidades bem precisas. Trata-se, como já conhecemos de longos anos, de uma trajetória política fundamentada num falso moralismo e num emaranhado de compromissos com grupos da elite dominante. Veja, por exemplo, a sua iniciativa de readmitir os malufistas da pancadaria da Freguesia do Ó.

CHUTEIRAS DO PRESIDENTE

"Nas indiretas, Aureliano. Nas diretas, eu". Declaração de Jânio Quadros

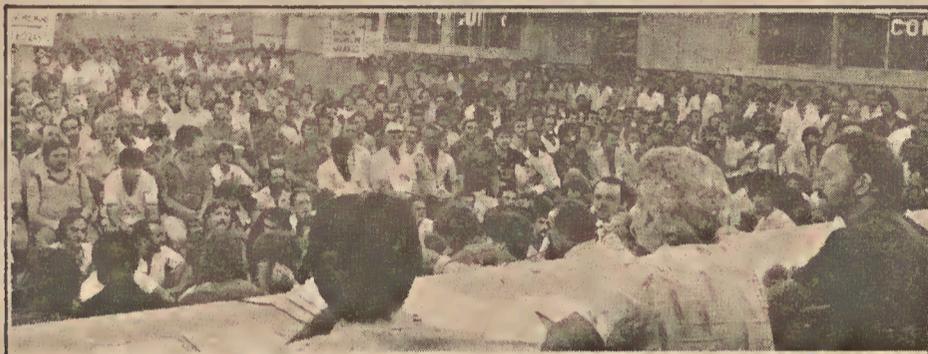
a um jornal paulistano em 1985. Contradições do velho presidente? Afinal, ele não pendurou um par de chuteiras na porta de seu gabinete?

Esse jogo de atos e fatos tem endereço certo. E se articula com a intenção da juventude janista de se organizar nacionalmente (aqueles mesmos "garotos" que jogavam bombas em bancas de jornais), com a entrada no PTB de Antonio Carlos Magalhães e Delfim Neto, com o propósito de Jânio, de percorrer o Brasil para consolidar seu partido. Tudo isso aponta para os caminhos e objetivos deste que é um cômico-político-ator, querendo voltar à presidência. O caminho que ele adota pode ser tortuoso, mas o seu fim é reto. Por isso, não podemos deixar de estar atentos, a todo instante, à sua mirabolante trajetória, que pode, mais uma vez, a exemplo do que ocorreu há 25 anos, pregar uma peça da mais sem graça no povo brasileiro, mas muito gratificante para todos os Maquiavéis tupiniquins.

Dernal Santos

Congresso comeu mais um sapo: o pacote econômico de Sarney

O governo fez mais uma das suas: impôs regime de urgência na votação de seu pacote econômico-fiscal, para evitar a discussão no Congresso e na sociedade das mudanças que a economia do país exige. Para isso, contou com a colaboração de seus dóceis aliados: PMDB e PFL.



Os trabalhadores foram ignorados na hora de discutir o conteúdo do pacote.

O governo Sarney conseguiu aprovar no mês de dezembro o seu "pacote econômico-fiscal", através de uma manobra de envergadura praticada graças à docilidade do PMDB e do PFL, as duas principais forças que o apóiam no Congresso Nacional. Alegando falta de tempo para a discussão, dada a proximidade do recesso parlamentar de fim de ano, as lideranças do governo, com a cumplicidade do PDS, impuseram a votação em regime de urgência. Resultado: nem mesmo a maioria dos deputados e senadores conseguiram entender direito o que haviam votado, já que o pacote continha dezenas de medidas apresentadas de forma confusa. Se muitos parlamentares tiveram dificuldade para compreender os detalhes do tal pacote, imaginem a população, a quem não foi dado o direito sequer de emitir sua opinião sobre o assunto? As lideranças do PMDB e do PFL, fazendo coro com o governo, tentaram limpar a barra, argumentando que, além de trazer medidas inadiáveis para a economia do país, o pacote tinha propósitos eminentemente sociais. Mas, na verdade, tudo isso não passou mesmo de desculpas esfarrapadas. E as críticas — principalmente à forma pela qual o pacote foi votado — vieram não só da oposição, como também da imprensa e de parlamentares do próprio PMDB e PFL. Afinal, é ainda muito cedo para que as pessoas se esqueçam dos métodos do regime militar que não perdia uma oportunidade para, em nome de "altos interesses nacionais", roubar o direito do povo de participar das decisões dos rumos do país.

A má fé do governo e de seus aliados no Congresso Nacional revelou-se também no tratamento dado a uma emenda ao pacote apresentada pelo deputado Djalma Bom, líder do PT na Câmara Federal. Djalma pretendia eliminar uma série de privilégios de militares, magistrados e deputados, que gozam de inexplicáveis "isenções" em seu imposto de renda (uma parte de seus ganhos não é computada como rendimento passível de tributação). Apesar da propalada "preocupação social" dos parlamentares governistas, a emenda

do deputado petista foi rejeitada.

Conteúdo do pacote

Além de criticável do ponto de vista de seu alcance social, o pacote do governo apresenta uma série de outras contradições e, sobretudo, uma grande "timidez" em atacar os problemas econômicos mais profundos do país. É o que mostra um estudo preparado pelo grupo de economistas do PT, a pedido da Executiva Nacional, cuja síntese publicamos a seguir.

"O pacote econômico do governo é de natureza predominante-fiscal. Nesse âmbito, suas principais medidas são a redistribuição da carga tributária para pessoas físicas, a elevação do imposto de renda para pessoas jurídicas e a taxa sobre algumas operações financeiras. Ao lado de outros pontos, como o corte de despesas da administração centralizada e descentralizada e o reajuste das tarifas públicas acima da média inflacionária, estas medidas convergem para uma tentativa de recomposição da capacidade de gastos do governo que permita, entre outras coisas, a execução de políticas sociais programadas no Orçamento de 1986.

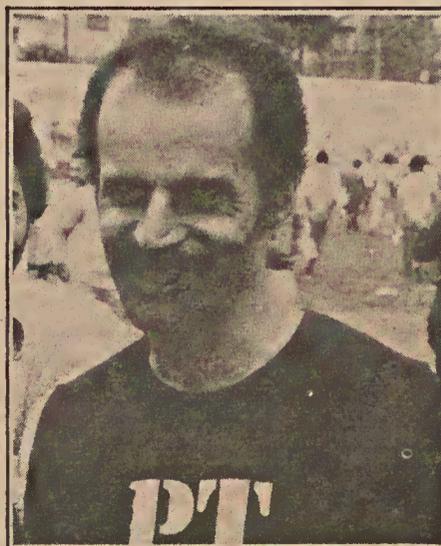
O governo coloca novamente toda a ênfase no financiamento do setor público. Mantendo o padrão global de financiamento das atividades públicas, o pacote procura elevar, além da carga tributária geral, também a receita operacional das estatais (reajustando os preços dos bens e serviços produzidos por estas), para reduzir a necessidade de aumentar a dívida interna e externa (ou, eventualmente, reduzindo-as) com o objetivo de provocar a queda das taxas de juros. (NR: a dívida externa estimula a elevação dos juros internos, mas, de forma direta, a maior responsável pelo aumento do custo do dinheiro é a dívida interna. Graças a ela, o governo brasileiro transformou-se em um grande tomador de "empréstimos" da sociedade, através da venda de LTNs e outros papéis. Com isso, ele contribui para aumentar a "concorrência" na disputa do dinheiro disponível e, conseqüentemente, para elevar o seu

custo, entenda-se, a sua taxa de juros).

"Os prováveis impactos inflacionários do pacote, decorrentes do aumento da tributação e da elevação dos preços de bens e serviços, como o aço, os derivados do petróleo, a energia, as telecomunicações seriam contrabalançados — de acordo com a estratégia governamental — por um conjunto de medidas administrativas entre as quais se destacam: a importação de alimentos (arroz, feijão, milho, etc.) e a formação de estoques reguladores que possam neutralizar as investidas especulativas; controle de preços, aumentando a vigilância do CIP especialmente sobre as empresas oligopólicas, que, na atual conjuntura de expansão do mercado interno, encontram-se em condições muito favoráveis para aumentar em termos reais os seus preços.

"O êxito do atual pacote está intimamente relacionado à sua capacidade de obter uma queda no ritmo inflacionário. Esta é uma condição indispensável para a preparação de uma segunda etapa de medidas econômicas mais voltadas para questões de fundo, como a renegociação da dívida externa, a reforma do setor financeiro e do padrão de financiamento do setor público intimamente relacionados com a dívida interna.

"A estratégia governamental embora sustentada na queda do ritmo inflacionário supõe que as condições de financiamento externo permanecerão favoráveis durante 86. A rolagem da dívida externa prosseguiria normalmente, apoiada pela recomposição de nossas reservas em moedas estrangeiras, pelos superávits na balança comercial, e na suposição de que as taxas de juros internacionais permanecessem mais ou menos estáveis. Tais condições tornariam desnecessárias novas máximas desvalorizações do cruzeiro (e o choque inflacionário decorrente) ou novos pedidos de empréstimos e financiamentos em nível internacional. Se for possível manter essa situação por mais um ano, ou até depois de novembro de 86, o pacote teria tido "êxito".



Deputado Djalma Bom: pelo fim das mordomias.

Os limites

"O governo afirma que as medidas do pacote representam uma mudança profunda em relação à política recessiva que vinha sendo adotada desde 1981. Quanto a essa afirmação geral, cabem as seguintes observações: o pacote constitui uma tentativa de equilibrar as finanças do governo através do aumento da arrecadação fiscal ao invés de cortes drásticos nos gastos públicos. Isso significa, de fato, abrir maior espaço à recuperação econômica brasileira; a estrutura do imposto de renda sobre pessoas físicas tornou-se mais progressiva, ou seja, onera mais que proporcionalmente as camadas de alta renda. Contudo, o conjunto de mudanças é extremamente tímido: avançou-se muito pouco na tributação dos ganhos de capital e deixou-se intocada a tributação sobre a riqueza em geral; segundo o governo, a recuperação da capacidade de gasto significa maiores investimentos com os programas sociais. Contudo, os números divulgados, além de não apresentarem qualquer novidade significativa em relação ao orçamento já aprovado, indicam a simples manutenção real dos gastos sociais de 85 em 86. Dessa forma, não há qualquer garantia de que os maiores impostos vão se transformar efetivamente em gastos sociais.

"Contudo, e este é o ponto central, o pacote do governo é absolutamente insuficiente e conservador, pois segue o caminho do aumento de impostos ao invés de atacar os verdadeiros problemas das finanças do governo, a saber: os desequilíbrios provocados pelas dívidas interna e externa. Em relação à dívida externa, nada foi feito. Continuamos a pagar juros extorsivos que representam uma sangria anual da ordem de 10 a 11 bilhões de dólares. Sómente os juros pagos pelo governo e pelas empresas estatais equivalerão a cerca de 160 trilhões de cruzeiros em 1986, ou seja, a mais de 200% de tudo aquilo que o governo pretende arrecadar com o pacote fiscal.

Na verdade, é impossível pensar uma política econômica soberana sem um enfrentamento drástico da questão da dívida externa. Para exemplificar, basta lembrar que uma pequena elevação da taxa de juros internacional (+ 2%) é suficiente para aniquilar a tentativa de equilibrar as finanças do governo através do aumento de impostos. Quanto à dívida interna a situação não é menos grave. A atual estratégia econômica do governo não permite prever, sequer, qualquer queda mais significativa da taxa interna de juros.

"Ora, tal taxa de juros é extremamente elevada em termos reais, acarretando uma drenagem do dinheiro público. O governo afirma que a questão das dívidas externa e interna será enfrentada num segundo momento. Contudo, todos sabemos que esse segundo momento dificilmente virá pois a "Nova República" não está disposta a contrariar os interesses do capital bancário internacional e dos especuladores internos.

Por fim, cabe alertar que as medidas adotadas pelo governo, além de não atacarem os verdadeiros problemas, contêm sérios riscos de agravamento da inflação. Se isso vier a ocorrer, não só os "avanços" antes mencionados serão jogados por terra, como, com certeza, os trabalhadores serão chamados, mais uma vez, a dar sua "quota de sacrifício."

“O povo continua criticando a Constituinte Congressual”

Ao aprovar a Constituinte Congressual, o Governo Sarney conseguiu uma vitória parcial, mantendo as leis repressivas da atual Constituição, que continua amarrada a toda uma legislação do regime militar. Por isso, essa convocação provocou sérios desgastes para a Aliança Democrática, pois foi feita sem nenhum respaldo popular e está sendo questionada por diversos setores da população brasileira.

Sobre este assunto, o PT São Paulo ouviu o deputado José Genoíno, vice-líder do PT na Câmara Federal e representante do partido na Comissão Interpartidária instalada em 85, para tratar do que se chamou, na época, “remoção do entulho autoritário”. Para o parlamentar petista, faz-se necessário, logo no início de 1986 e já no processo de disputa da Constituinte, que o PT insista em alguns pontos, no que diz respeito ao próprio ato convocatório.

Essa luta deve ter como objetivo, o combate a alguns dispositivos que mexem diretamente na composição da Constituinte Congressual, no sentido de dificultar os mecanismos que a Aliança Democrática procura assegurar, para exercer o controle de seu funcionamento. Em primeiro lugar, segundo Genoíno, vem a luta importante e atual pela revogação das salvaguardas constitucionais e da Lei de Segurança Nacional. Já existe, inclusive, uma proposta de revogação dessas disposições excepcionais e o PT deve levantar essa bandeira, tanto dentro quanto fora do Congresso Nacional. Precisa insistir na revogação desse instrumental repressivo. Um segundo ponto importante — continua Genoíno —, é defender uma alteração na lei da proporcionalidade. A lei atual para a composição do Congresso Constituinte é a mesma anterior; cada Estado não pode ter mais que 60, nem menos de 8 deputados. Isto possibilita, como o PT vem denunciando continuamente, que nos Estados onde a oligarquia tem mecanismos de controle maiores e mantém seus currais eleitorais, ela passa a garantir um peso considerável na Constituinte, em detrimento de centros políticos mais adiantados, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, por exemplo. Nós devemos propor uma alteração na lei da proporcionalidade e isto diz respeito diretamente à composição da Constituinte. Já no início de março de 86, o Congresso Nacional terá que se pronunciar sobre a nova lei dos partidos políticos e a nova legislação eleitoral.

Para Genoíno, o PT precisa deixar claro que a proposta de legislação partidária da Nova República não favorece a plena liberdade de organização e manifestação através dos partidos políticos. Essa legislação partidária continua atrelada ao Estado. O PT já se pronunciou anteriormente a esse respeito, apresentando uma proposta de revogação de todos os instrumentos de controle do Estado sobre os partidos.

ALGUMAS MUDANÇAS

Genoíno lembra, entretanto, alguns avanços já conquistados nessa luta, como foi a diminuição da burocracia que existia em relação à organização dos diretórios distritais, municipais e regionais e às convenções. Foi também conseguido, por enquanto, impedir a tentativa do PFL de permitir as Empresas privadas doar dinheiro para partidos políticos.

Na discussão da nova legislação a ser votada no início de 86, Genoíno acen-tua que devem ser defendidas outras questões que apontam no sentido de uma maior liberalização e democratização da vida dos partidos, porque isso também vai interferir diretamente na Constituinte. No seu entender, há possibilidade de aprovação de algumas medidas que julga progressistas, como é o caso, por exemplo, daquela em que o partido possa lançar um candidato majoritário e esse candidato postular, simultaneamente, um cargo proporcional no mesmo domicílio eleitoral. Pode, ainda, estabelecer condições mais aceitáveis de acesso aos meios de comunicação e incluir algumas medidas para impedir o abuso do poder econômico. Além disso, a possibilidade dos partidos políticos fazerem alianças ou coligações no plano proporcional.

Genoíno se preocupa, todavia, com as manobras protelatórias já sentidas no Congresso Nacional no final de 85, para impedir a aprovação da nova legislação. Os setores mais conservadores do PMDB e o PFL, devem procurar dificultar a aprovação de qualquer proposta que facilite e amplie o processo de disputa política em torno da Constituinte. Certamente, um dos assuntos mais polêmicos será o do acesso aos meios de comunicação.

O parlamentar petista acredita que os aspectos até agora enfocados, dizem respeito ao ato convocatório e o PT tem uma tarefa para mobilizar os setores mais esclarecidos da população no sentido de alterá-lo. Isso paralelamente a uma denúncia que o PT deve continuar fazendo — ou seja, que a Constituinte Congressual foi montada para que os interesses da Aliança Democrática não sejam colocados em risco na preparação da nova Constituição e para impedir que forças populares, como o Partido dos Trabalhadores, possam conseguir uma representação substancial na Constituinte. Nesse mesmo sentido, a campanha das diretas para Presidente da República em 86, tem também, o papel de mostrar que esse ato convocatório é um ato amarrado, tutelador e restritivo. Não é uma campanha exclusiva: está relacionada com a Constituinte e a defesa de um programa de mudanças efetivas que interes-sam aos trabalhadores. Por isso, cabe ao PT levantar toda a bandeira de reivindicação que possa ampliar e facilitar a participação popular na Constituinte.



No Encontro Estadual de agosto de 85, o PT reafirmou a sua disposição de lutar até o fim por uma Constituinte efetivamente democrática e soberana.

Deputado Genoíno

QUESTÕES CRUCIAIS

No que se refere ao próprio texto constitucional, Genoíno destaca alguns pontos, que no seu modo de ver são cruciais. Para ele, é na resposta a esses pontos que o PT pode dar um grande salto em 1986. Tanto no que tange às ordens política, econômica e social, como às questões culturais e ideológicas, o PT deve apresentar propostas concretas, para mudanças reais e substanciais. O PT deve ter clareza que essa Constituinte será controlada pela burguesia, pelos patrões, e cabe ao PT o papel de intervir, defendendo um outro modelo de sociedade.

Alguns temas terão grande importância na redação da nova Constituição. Quanto à ordem política, na opinião de Genoíno, a questão fundamental será extirpar inteiramente do novo texto constitucional toda a legislação que exprima a doutrina de Segurança Nacional, de vez que dela resultaram as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e as funções das forças armadas em relação à segurança interna, substituindo a visão do seu papel como sistema de defesa de fronteiras e atribuindo-lhes a função de perseguição interna e salvaguarda do Estado.

Continuando, Genoíno chama a atenção para outro item de muita importância, que é o dos direitos humanos. “Nesse ponto vamos ter de avançar bastante, tanto no sentido de preservar as garantias individuais já consagradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, como ir além disso” — diz ele. O crime de tortura precisa constar na nova Constituição como imprescritível, acrescenta o deputado petista.

Quanto à ordem econômica, Genoíno entende que entre as questões mais importantes destacam-se a reforma agrária (critérios de desapropriação de latifúndios) e a relação do Brasil com o capital estrangeiro. Aqui incluídos os problemas da remessa de lucros para o exterior e o exame e aprovação, pelo Congresso Nacional, dos tratados internacionais feitos pelo Poder Executivo. Nesse campo, deve entrar um outro tema importante, que é o controle do sistema bancário e financeiro. A estati-

zação do sistema bancário e financeiro deve ser discutida claramente. O sistema financeiro privado não pode continuar a ser uma arapuca, como se verificou mais recentemente com os escândalos do Comind, Auxiliar e Maisona-ve. Toda a parte relacionada com a liberdade e autonomia sindical, que é atualmente objeto de lei ordinária (através da CLT), deve estar consagrada na nova Constituição, para poder quebrar a estrutura de atrelamento dos sindicatos ao Estado. Assim, também, o direito de greve.

QUE TIPO DE CONSTITUIÇÃO?

Genoíno entende que não interessa aos trabalhadores uma Constituição sintética, resumida, ao gosto da classe dominante. Esse modelo de Constituição só seria interessante às classes populares, se estas já tivessem promovido uma transformação substancial na sociedade, que lhes permitisse o controle das leis ordinárias. No estágio atual, se faz necessário detalhar ao máximo na Constituição todos os aspectos que garantam direitos políticos, econômicos e sociais para as classes oprimidas. Até porque o processo de intervenção do PT na Constituinte deve estar paralelamente combinado com a mobilização popular em torno dessas reivindicações. Genoíno ainda acrescenta às questões já levantadas, os problemas de aproveitamento do uso do solo urbano para moradias (o despejo do Conjunto Habitacional do Jardim do Estádio, em Santo André é um exemplo); de saúde, de educação e de transporte coletivo, que devem ser uma obrigação do Estado.

Segundo ele, este conjunto de reivindicações deverão formar uma espécie de programa alternativo do Partido dos Trabalhadores e do povo brasileiro para enfrentar a proposta global da Aliança Democrática. Para Genoíno, cabe ao PT, exatamente, tocar nos pontos que dizem respeito à vida coletiva da população brasileira, que não teve qualquer melhora com a implantação da Nova República.

Fernando Jorge

Em Santo André, polícia desaloja e espanca moradores e deputados

Um saldo de oito feridos, entre eles os deputados estaduais Geraldo Siqueira, José Cicote, e os vereadores Geraldo Granella e Cláudio Barroso, do PT, foi registrado dia 17 de dezembro, após um choque com a Polícia Militar, quando tentavam defender 550 famílias por terem ocupado o conjunto habitacional do Jardim do Estádio, em Santo André.

Segundo Cláudio Barroso, um dos agredidos, e detido por quatro horas no 3º Distrito Policial, "a pancadaria começou depois de várias tentativas de entendimento com a PM, levadas a efeito pelo deputado federal Djalma Bom. Porém, num determinado momento houve desacato aos parlamentares do PT e PMDB, seguido de covarde agressão dos policiais militares".

Segundo Francisco Boturão Ferreira, membro da Associação dos Mutuários de Santo André, o conjunto habitacional do Jardim do Estádio foi o terceiro e último a ser construído pela Cooperativa do ABCD, terminando em fins de 1982 com 3.008 unidades prontas. Destas, 2.458 foram vendidas, restando 550 desocupadas. "Já em fins de 1983 ocorreu a primeira tentativa de invasão, que foi frustrada. Mas na quarta-feira santa do ano seguinte, cerca de 30 famílias invadiram o conjunto. A imprensa foi convocada por alguns "invasores", e através da divulgação apareceram pessoas de toda a Grande São Paulo para ocupar o conjunto sem moradores."

Após quinze dias da invasão, a Cooperativa, dirigida pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, João Lins, propôs uma ação



de reintegração de posse com liminar para desocupação imediata. Em 5 de junho de 1984 ocorreu a primeira tentativa de desocupação, sem que nada de anormal acontecesse. Mas no dia 25 de novembro de 1985 uma parte do conjunto amanheceu cercada por policiais que conseguiram desocupar cinco apartamentos, inclusive de inquilinos. No mesmo bloco onde se deu a ação de despejo havia apartamentos de mutuários, inquilinos e ocupantes.

REPRESSÃO VIOLENTA

Em seguida, criou-se uma Comissão de Moradores para atuar em conjunto com os deputados federais Djalma Bom, José Genoíno Neto, D. Cláudio Humes, bispo de Santo André, mem-

bro da diretoria da Associação dos Mutuários e dos ocupantes. Enquanto transcorria o despejo, deu-se uma negociação com o governador Franco Montoro, através de sua Secretaria Especial de Habitação e a Cooperativa para que fosse suspenso aquele ato processual.

A partir daí, surge uma série de reuniões com o objetivo reivindicar a construção de um conjunto habitacional para abrigar os ocupantes oriundos de duas favelas e instalados no Jardim do Estádio. Em fins de novembro nasce a terceira tentativa de negociação sobre a invasão do conjunto. Quinze dias depois, a liminar voltou a ser cumprida e a tentativa de desocupação resultou em

confronto da Polícia com parlamentares do PT e PMDB e alguns representantes da Igreja. Frei Dito foi a pessoa que mais apanhou ao lado do vereador Granella, internado com suspeita de fratura no crânio.

"Foi preciso que houvesse a desocupação com extrema violência — e com resistência popular e partidária — para que se iniciassem as obras, da forma que havia sido proposta na primeira tentativa de negociação", disse Ferreira. O conjunto habitacional para abrigar os ocupantes do conjunto do Jardim do Estádio está sendo construído com base nos critérios do projeto mútuo (financiamento do BNH) e as prestações não poderão exceder a 10% do salário-mínimo. Cada moradia terá quarto, sala, cozinha, banheiro, podendo aumentar a construção do terreno financiado, tal como ocorre com o projeto "João de Barro" do BNH.

Os parlamentares do PT, não obstante o início da construção da obra que estava sendo reivindicada, entraram com um pedido de Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa, para pedir o afastamento do Capitão que comandou a operação na área. Sabe-se, até o momento, que o mesmo já se encontra afastado de suas funções pela Comissão Especial de Inquérito da Polícia Militar, segundo o vereador Cláudio Barroso. Na Assembléia Legislativa, segundo o deputado José Cicote, a Comissão de Inquérito deverá ser instalada em breve, conforme o compromisso assumido pelo presidente da AL Luís Carlos Santos (PMDB) e pelo líder peemedebista Aluísio Alves.

Em Diadema, os favelados da Vila Alice, depois de resistirem à tentativa de despejo empreendida pela PM do governo Montoro, dia 5 de dezembro, não mais poderão ser retirados de suas moradias por um prazo de 90 dias, que se encerra dia 6 de março. É que o prefeito Gilson Menezes, do PT, ao tomar conhecimento da violência policial, chegando a utilizar um trator de esteira para derrubar oito barracos, entrou no dia seguinte com um mandado de segurança no 1º Tribunal da Alçada Civil de São Paulo, garantindo com isso a suspensão da liminar de despejo.

A liminar de reintegração de posse fora impetrada por Ives Trindade da Silva dia 2 de dezembro, na 2ª Vara Civil do Foro de Diadema. Mas, já no dia 4 ele conseguia audiência de justificação na qual deveria provar a posse do terreno onde estava situada a favela de Vila Alice habitada por 622 pessoas, em 135 barracos. Apesar das irregularidades do processo — Ives Trindade até hoje não conseguiu provar que é o dono da área —, no dia seguinte o juiz encaminhou a ação de despejo, sem que ao menos houvesse uma citação aos moradores, que permaneceram desinformados em relação à ação judicial.

A REPRESSÃO

Por volta das 16 horas do dia 5, 14 viaturas da PM, com mais de 40 homens, chefiados pelo capitão João Flávio Pereira Silva, além de dois oficiais de justiça, tentaram expulsar os mora-

Diadema: prefeito e vereadores impedem despejo de favelados

dores com o auxílio de um trator de esteira. Na resistência, os favelados José Lourenço da Silva e José Laranjeiras, e os vereadores do PT Manoel Boni, Dorival Lopes e Ivo Ribeiro ficaram gravemente feridos. Boni e Ivo chegaram a ser arrastados com a pá do trator. As vítimas foram levadas ao PS de Diadema, mas os PMs impediram que eles fossem medicados; o atendimento só aconteceu mais tarde e assim mesmo não no PS, mas na Sancel.

Paralelamente às providências legais visando a suspensão da liminar, o prefeito Gilson Menezes convocou uma entrevista coletiva à imprensa, para protestar contra a crueldade da repressão, a omissão de socorro por parte dos policiais e as falhas do processo em que se baseou a ação de despejo. Gilson também exigiu providências do governador Montoro, para apurar as responsabilidades da violência e do abuso de poder, mas o governo estadual, até o momento, não tomou nenhuma iniciativa nesta direção (Gilson inclusive tentou falar com Montoro durante a entrevista coletiva, mas o governador não o atendeu).

Ainda durante a coletiva, o vice-prefeito de Diadema, Paulo Afonso da Silva, declarou nunca ter visto, "mesmo durante os anos de repressão, atitude tão violenta" — disse ele, Paulo acrescentou: "o juiz Roberto Santana, da 2ª Vara Civil de Diadema, surpreendeu-nos agindo contra a própria lei. Ele reconheceu, inclusive por escrito, que não mandou citação aos moradores — uma atitude lamentável que gerou toda esta violência". O vice-prefeito disse ainda que o advogado Rocha Miranda, membro da comissão executiva do PDT de Diadema, e advogado de Ives, incitou, no local, a violência da polícia.

IVES NÃO É O DONO

Segundo Francisca Gomes, moradora da favela de Vila Alice há 11 anos, os habitantes da área já haviam sofrido ameaças de despejo há uma semana, quando uma pessoa, identificada como Antonio Leôncio, tentou soterrar 11 barracos. Francisca explicou que a favela existe desde 1948 e a área pertence a Abraão Sabat, falecido há muitos anos e sem herdeiros. "Entretanto — diz ela — quase que diariamente apare-

cem pessoas intitulando-se proprietários de terreno, afirmando que ele é valioso para a construção de indústrias." Quanto a tentativa de despejo, a moradora da favela também denunciou o advogado de Ives como incitador da violência. Segunda ela, mulheres e crianças se colocaram a frente do trator para impedir a derrubada dos barracos e o advogado ordenou: "Passe por cima". Francisca protestou ainda contra o espancamento de crianças e até de velhos, pelos policiais.



Gilson Menezes: defesa dos favelados.

Governo sul-africano continua sua "guerra" contra os negros



A esposa de Mandela, Winie

A onda de violência institucionalizada promovida pelo governo racista da África do Sul há 22 meses já resultou em mais de 1.100 mortos, segundo revelou o Instituto Sul-africano de Relações Raciais. O banho de sangue parece ter tomado parte da estrutura mental daquele país.

A onda de violência teve início em fevereiro de 1984, quando estudantes secundaristas negros e mestiços iniciaram uma série de protestos, exigindo a equiparação do nível de ensino, a eles ministrados, ao dos estudantes brancos. A primeira vítima dos distúrbios foi a estudante Emma Satheke, de 15 anos, atropelada por um carro blindado da polícia durante uma manifestação anti-apartheid, em 13 de fevereiro daquele ano, no subúrbio de Soweto. Durante 22 meses, mais de 1.000 negros foram assassinados pela polícia e pelo exército sul-africano, pelo simples fato de lutar em defesa de seus direitos e de serem reconhecidos como seres humanos dignos e cidadãos.

O governo de Pieter Botha continua irredutível. Em vez de atender às reivindicações essenciais da maioria negra, ele se preocupa tão somente em incrementar a indústria bélica, aumentando assim o contingente de carros blindados para o transporte de tropas, canhões automotores, tanques, helicópteros e aviões. Esta atitude, ao lado do aumento do número de policiais nas ruas para reprimir todo e qualquer movimento popular de oposição, mostra bem o desejo do governo: manter-se no poder a qualquer custo, valendo-se para isso de uma violência sem limites.

Atrocidades patrocinadas pelo regime racista foram praticadas intensamente durante todo o ano de 1985. Entre elas, vale destacar a execução do poeta Benjamim Maloise, no dia 18 de



Nelson Mandela

outubro, apesar dos protestos que esta decisão do governo sul-africano gerou em todo o mundo. Foi esta verdadeira guerra covarde contra a comunidade negra durante 85 que levou o arcebispo anglicano de Johannesburgo, Desmond Tutu — que luta ao lado dos oprimidos de forma pacífica — a declarar recentemente que não mais acreditava na via diplomática para resolver o problema da África do Sul.

MANDELA

Nelson Mandela, fundador e dirigente do proscrito Congresso Nacional Africano (CNA), a principal organização política dos negros sul-africanos, defende a luta armada contra o regime. Por isso, o governo racista o mantém preso desde 1962; e dois anos depois o condenou à prisão perpétua. Nos últimos meses, várias manifestações, exigindo sua libertação ocorreram em várias partes do mundo.

Na África do Sul, ativistas comandam as manifestações, com a participação destacada da esposa de Mandela, Winnie, já detida várias vezes pela polícia nas últimas semanas por recusar-se a sair de sua casa na Comunidade Negra de Soweto, e regressar à pequena cidade de Brandfort, ao leste, a 500 km de Johannesburgo, onde se encontrava em confinamento. (NR: Boa parte da comunidade negra, aliás, vive nestas condições, ou seja, mora onde o governo determina). Também um livro autobiográfico de Winnie foi proibido e impedido de ser distribuído dentro e fora do país.

SANÇÕES ECONÔMICAS

Por outro lado, as grandes potências, Estados Unidos e União Soviética, não tomam nenhuma iniciativa prática em relação à proposta de sanções econômicas contra o governo racista. Ronald Reagan, por exemplo, se diz a favor de sanções "brandas", mas as relações entre os dois países prosseguem normalmente. Já o governo francês diz não acreditar em persuasão, e exige efetivas sanções econômicas. A Inglaterra, ao contrário, não defende as sanções, justificando que as mesmas seriam prejudiciais aos próprios negros sul-africanos. O debate prossegue, com a participação da ONU, que já condenou várias vezes o regime racista, mas até agora nada de efetivo foi feito neste campo, com exceção de medidas isoladas de uns poucos países.

APOIO NO BRASIL

No Brasil, desde maio passado, vêm ocorrendo manifestações em apoio aos negros sul-africanos. A partir de agosto, os atos passaram a contar com apoio popular. Prova disso foi o Ato de 5 de agosto, em frente ao consulado sul-africano, em São Paulo, onde esti-

veram presentes mais de 500 pessoas, bem como representantes de entidades negras, sindicais, estudantis, partidos, inclusive o PT, através do deputado Eduardo Suplicy. No dia 22 do mesmo mês, por iniciativa do governador Franco Montoro, no auditório do Palácio dos Bandeirantes, houve uma manifestação anti-apartheid, na qual compareceram diversos representantes de países africanos, como o Gabão, Costa do Marfim, Senegal, Nigéria e República dos Camarões. Atos semelhantes ocorreram no Rio de Janeiro, Bahia e em Brasília. E em todas elas, as

exigências básicas foram as mesmas: "rompimento das relações comerciais e diplomáticas com o Governo racista e assassino da África do Sul e o fim da investida genocida aos negros daquele país". O ato mais importante ocorreu em 17 de dezembro, na Praça da Sé, organizado pelo cantor Martinho da Vila, com apoio de várias entidades negras, além do arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, representantes de partidos políticos, CUT, Conclat e vários artistas, reunindo em torno de 10 mil pessoas.

IRENE AMBRÓSIO

Argentinos

esperavam mais na condenação de militares

Os seis juizes que integram a Câmara Nacional de Apelações Criminais — o tribunal civil que julgou os nove ex-comandantes das juntas militares argentinas no período de 1976 a 1982 — chegaram ao veredito final dia nove de dezembro último, sobre as acusações da promotoria que pedia, em seu relatório final, penas de prisão perpétua para a 1ª Junta Militar, parte da 2ª e penas que variavam de 10 a 15 anos de prisão aos demais comandantes militares.

Foram confirmadas as penas de prisão perpétua ao general e ex-presidente Jorge Videla e ao almirante Emilio Massera (ambos da 1ª Junta). Somam-se a esta determinação, a inabilitação absoluta para quaisquer atividades e destituição do grau militar a todos os militares sentenciados. Os demais comandantes que foram "condenados" pela promotoria com penas de prisão perpétua como o general e ex-presidente Roberto Viola, o almirante Armando Lambruschini (ambos da 2ª Junta) e o brigadeiro Orlando Agosti, comandante da Aeronáutica na época de Videla e Massera, receberam penas muito brandas. Viola foi condenado a 17 anos de prisão e Lambruschini a apenas 8 anos. A mais baixa pena foi dada a Orlando Agosti (apenas 4,5 anos de cadeia), causando surpresa e protestos por parte das pessoas que lotaram a sala de audiência do Tribunal.

No entanto, o que causou mais frustração foi a decisão do Tribunal em



Uma manifestação pelos desaparecidos, em Buenos Aires.

absolver os outros quatro acusados: o brigadeiro Omar Graffigna, o general Leopoldo Galtieri, o almirante Jorge Anaya e o brigadeiro Basilio Lami Dozo.

Apuração dos delitos

A Comissão Nacional dos Desaparecidos, sob a presidência do escritor Ernesto Sabato, foi a responsável pelas investigações dos delitos cometidos por esses militares, chegando à conclusão que pelo menos dez mil pessoas "desaparecidas" durante a regime militar haviam passado por um dos 340 campos de concentração ou centros clandestinos pelas forças militares ou policiais.

Foi com base nesse relatório que o promotor Júlio Strassera baseou sua tese de "métodos aberrantes postos em prática pelas juntas militares para combater o terrorismo subversivo e acabou se transformando num terrorismo ainda mais vil, covarde e sanguinário — o terrorismo de Estado". Por sua vez, o próprio Tribunal de Apelações explicou as devidas sentenças, baseando-se também nesse relatório.

Após a declaração das sentenças, as pessoas que aguardavam ansiosas pela condenação sumária de todos os ex-comandantes, ficaram extremamente revoltadas chegando a responsabilizar o governo por ter pressionado o Tribunal para evitar maiores condenações. O que é perfeitamente aceitável, já que o julgamento foi feito de acordo com o Código Penal Militar. Isto porque, o presidente Raul Alfonsín, quando mandou processar as três primeiras juntas pelo Conselho Supremo das Forças Armadas, realizou modificações na legislação penal para que os delitos correlatos cometidos por militares fossem julgados também por militares e não por civis. É sabido que numa primeira fase, quem "levou os processos adiante" foi o Conselho Supremo das Forças Armadas e é sabido também que esse Conselho fez de tudo para emperrar o julgamento, para evitar a desmoralização: portanto, não causaria nenhuma surpresa se ficasse provado que o Tribunal tenha sofrido pressões.

“Redução da jornada de trabalho para 40 horas, reforma agrária, trimes-tralidade, salário-desemprego, salário-mínimo real e congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade”, são as principais bandeiras da Campanha Nacional de Luta para 1986 definidas na Plenária Nacional da CUT, realizada de 13 a 15 de dezembro, em São Bernardo do Campo.

Os 247 dirigentes sindicais, entre delegados das direções estaduais, regionais e 15 membros da direção nacional, também conclamaram o povo e suas entidades representativas e os partidos políticos a se unificarem em um só movimento de luta, no campo político, por Eleições diretas-já e Constituinte livre, rompimento com o FMI, ocupação de terras e punição dos assassinos dos trabalhadores, revogação das leis de greve, defesa das estatais e estatização dos bancos sob controle dos trabalhadores.

Em seu Manifesto aos Trabalhadores Brasileiros, a CUT considerou a ação prática de aproximadamente um ano de “Nova República”. “O governo da Aliança Democrática”, diz o manifesto, “resultante da ampla articulação dos interesses dos monopólios, dos latifundiários, dos banqueiros e dos militares, manteve no essencial o aparato repressivo e a política econômica da ditadura militar, caracterizada pelo arrocho salarial e a submissão ao FMI.”

O manifesto insistiu no fato de a inflação permanecer acima de 200% em 1985, enquanto o salário-mínimo vigente correspondia a 1/3 do salário-mínimo real, segundo cálculos do Dieese. “O pacote econômico do governo, anunciado com grande alarde, é uma faca de dois gumes: o que oferece com uma mão, tira com a outra. Enquanto o governo afirma que não vai pagar a

CUT lança sua campanha de lutas

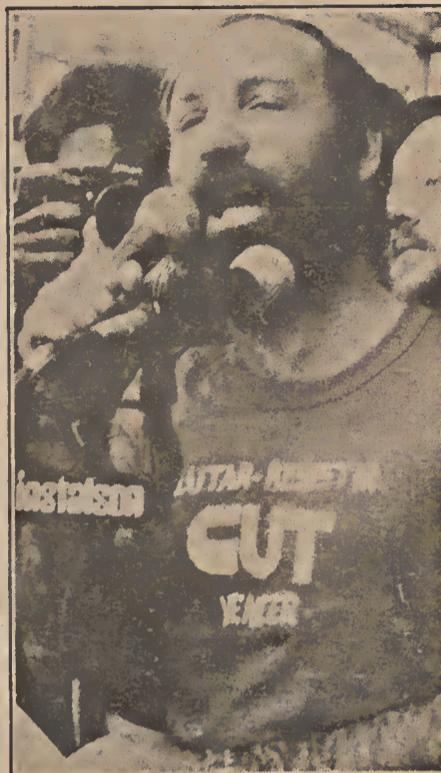
divida externa com o suor do povo e não aceita as imposições do FMI, assume o pagamento da dívida externa de Bancos falidos. Frente às pressões dos latifundiários recua aquém das insignificantes concessões do seu próprio projeto (1º PNRA), realizando a difícil façanha de apresentar proposta pior do que o Estatuto da Terra elaborado pelos militares.”

“Constituinte sem Povo”

Assevera o manifesto a falta de legitimidade do governo Sarney ao convocar a Assembléia Constituinte, “fruto de um acordo entre a Aliança Democrática e o PDS, partido fracionado e isolado pelo povo na luta pelas Diretas-já. O presidente sem povo quer impor uma Constituinte sem povo, desprezando a democracia e as reivindicações populares”.

Para a CUT o que realmente mudou no País, politicamente, foi fruto da luta organizada dos trabalhadores, que recusaram na prática o projeto da Aliança Democrática e seu pacto social. “As campanhas salariais dia-a-dia mais unificadas, conseguiram impor a redução da jornada de trabalho, criando com isso, novos empregos. O mesmo movimento conquistou o reajuste trimestral em diversas categorias permitindo que se mantivesse minimamente o seu poder aquisitivo. Os trabalhadores rurais mostraram na prática que a reforma agrária não se faz com intenções ou palavras e sim com ocupação de terras.”

As lideranças sindicais presentes à



Jair Meneguelli, presidente da CUT.

plenária endossaram o ponto de vista de que o povo brasileiro “repele o saque promovido pelo FMI, participando de manifestações pelo não pagamento da dívida externa.” Assim, o avanço de todas essas lutas “teve de enfrentar a ação dos dirigentes da Conclat, que aceitaram o pacto social e têm agido com o objetivo de esvaziar as lu-

tas dos trabalhadores, como se verificou nos boicotes às greves e campanhas salariais, aos atos contra a dívida externa, bem como no apoio irrestrito à Constituinte de Sarney, sem falar da sua ofensiva contra a aprovação da Convenção 87 da OIT, o que revela o medo que tais dirigentes têm da liberdade e autonomia sindicais”.

Os encaminhamentos

A Plenária Nacional decidiu, por unanimidade, dar os seguintes encaminhamentos à Campanha Nacional de Luta para este ano:

a) Entregar uma pauta de reivindicações para o governo e desenvolver mobilização visando ao seu atendimento (uma entrevista com o presidente José Sarney foi solicitada pela CUT na segunda semana de janeiro);

b) A CUT Nacional deverá lançar programas e material de divulgação e apoio à Campanha tais como: jornais, cartazes, selos unificados;

c) As CUTs Estaduais e Regionais deverão dirigir, apoiar e participar ativamente das lutas localizadas e campanhas salariais por categoria, que são um momento fundamental para o fortalecimento desta perspectiva mais ampla de unificação do movimento, a partir desta Campanha;

d) O Centenário do 1º de Maio — a ser comemorado este ano — será tomado como data de referência desta Campanha Nacional de Lutas/86 e deverá ser marcado por grandes manifestações de caráter nacional dos trabalhadores pela conquista da pauta encaminhada ao governo;

e) A CUT deverá procurar articular a participação ativa dos movimentos populares, dos partidos políticos e demais entidades da sociedade civil nesta Campanha assegurando seu caráter de classe e sua direção política.

Com a palavra, os funcionários do Comind, Auxiliar e Maisonave

Desde o final do mês de novembro, quando ocorreu a liquidação dos bancos Auxiliar, Comind e Maisonave, os seus funcionários estão mobilizados permanentemente para evitar que, mais uma vez, a corda rompa no ponto mais fraco. Realizaram assembleias, passeatas e uma caravana até Brasília. Graças à isso, uma conquista já foi obtida: estabilidade por seis meses, a contar do dia 12 de dezembro de 1985. O movimento dos funcionários prossegue, no entanto, pois várias outras de suas reivindicações — entre elas, a estatização dos bancos liquidados — ainda não foram atendidas pelo governo. Reproduzimos a seguir os principais trechos de um artigo publicado pelo boletim “DEQUEBRA”, órgão oficial do movimento, onde são questionados os argumentos do governo para não estatizar os bancos e as contradições da própria liquidação.

“... O Comind vinha atravessando séria crise financeira desde 1978. O Auxiliar participou das negociações da Centralsul, Sunaman e Sul Brasileiro. Por isso, agravaram-se seus problemas de liquidez no início de 1985. O governo empresta, então, o dinheiro: 800 bilhões ao Auxiliar e 1.350 bi ao Comind. Só que nem os juros, estes, ou

qualquer outro Banco do mesmo porte, poderiam pagar.

Que faz o governo? Liquida os Bancos e não os estatiza, para “não gastar mais dinheiro público”. Verdade? Não, MENTIRA! Mentira, pois os Bancos e Corretoras que tinham créditos nos Bancos liquidados foram pagos integralmente.

As dívidas externas desses Bancos — mais de 600 milhões de dólares — 6 trilhões ao câmbio oficial, provavelmente serão pagas aos credores, pois estes ameaçaram não renovar os créditos externos. Comenta-se que, até o final da liquidação, serão gastos aproximadamente 15 trilhões de cruzeiros. E os srs. Quartim Barbosa (Comind), Gavião (Maisonave) e Bonfiglioli (Auxiliar) continuam impunes, assim como o sr. Mário Garnero do Brasilinvest e tantos outros.

“A SITUAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

“Enquanto isso, os funcionários, a quem foi prometida estabilidade de seis meses, tiveram de fazer greve e se expor em passeatas nas ruas, para efetivamente garantir a promessa. Mesmo assim, vários funcionários de empresas coligadas foram demitidos e outros



Funcionários dos bancos liquidados em passeata pelas ruas de São Paulo

continuarão sendo, “para não aumentar o déficit da massa falida”.

Os Bancos que compraram as cartas-patentes dos liquidados a preço de banana estão fazendo os maiores “trambiques”. O London Multiplik comprou as cartas-patentes mais caras, mas, agora, está vendendo os pontos de venda ao Bradesco e Itaú, deixando os funcionários sem nenhuma garantia. Vários Bancos estão ameaçando reduzir os salários dos funcionários absorvidos. Tudo isso leva uma constante intranquilidade ao maciço grupo das pessoas atingidas.

“MAIS SEIS MESES DE ESTABILIDADE”

Obtivemos uma importante vitória com o compromisso por escrito do Banco Central em garantir salários por 6 meses a partir de 02/12/85. De ime-

diato, temos de fazer valer esse compromisso. Porém, não vamos perder de vista que, a 2 de junho, esta garantia se extingue, e que milhares de companheiros e companheiras poderão ser demitidos.

Desde já, chamamos os funcionários do Auxiliar e Comind a se organizarem, para que possamos lutar pelo aumento do período de estabilidade por, pelo menos, mais 6 meses. Esse tempo seria, inclusive — após a adaptação traumática a que estão tendo de se sujeitar —, o mínimo necessário para que pudessem se desenvolver no novo emprego e ter maiores chances que as atuais de “bastardos”. Para isso, é importante que os funcionários mantenham constante contato com o Sindicato, engrossando a Comissão de Funcionários e participando das Assembleias e Encontros para discutir o assunto”.